UNIABEU CENTRO UNIVERSITÁRIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

PAULO HENRIQUE VIEIRA DOS SANTOS

**A CONTRIBUIÇÃO DAS DECISÕES INTERAMERICANAS PARA A
TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

NILÓPOLIS

2019

PAULO HENRIQUE VIEIRA DOS SANTOS

**A CONTRIBUIÇÃO DAS DECISÕES INTERAMERICANAS PARA A
TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, do Curso de Direito, da UNIABEU Centro Universitário.

Orientador: Prof. Me. Carlos Eduardo S. Gonçalves

NILÓPOLIS

2019

PAULO HENRIQUE VIEIRA DOS SANTOS

**A CONTRIBUIÇÃO DAS DECISÕES INTERAMERICANAS PARA A
TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, apresentado à Banca Examinadora como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, do Curso de Direito, da UNIABEU Centro Universitário.

Artigo científico apresentado e aprovado em ____ / ____ / 2019.

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

- Primeiramente a Deus que me deu condições de terminar o presente trabalho, que me fortaleceu constantemente nos momentos mais difíceis da minha vida.
- À minha Mãe, Sônia Vieira dos Santos, que me deu toda assistência financeira, mesmo não tendo condições e não deixou eu desistir.
- Ao Professores-orientadores Carlos Menditti e Carlos Eduardo S. Gonçalves, que, pacientemente, me auxiliaram na elaboração e desenvolvimento da temática desta pesquisa.
- Ao Coordenador Professor César Alexandre Barbosa, pela administração zelosa e eficiente que tem contribuído enormemente com a qualidade do curso de Direito da UNIABEU Centro Universitário.
- A todos os professores, colegas e amigos que, mediante à troca de experiências e às discussões fecundas, contribuíram para a elaboração deste artigo científico.

A CONTRIBUIÇÃO DAS DECISÕES INTERAMERICANAS PARA A TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Paulo Henrique Vieira dos Santos¹

RESUMO:

O mundo experimentou inúmeros momentos ao longo de sua história que marcaram explicitamente a ausência da preocupação com os direitos e garantias fundamentais dos indivíduos. Em resposta às atrocidades cometidas em tantos campos durante o período nazista foi aprovada em dezembro de 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Visando ampliar e ratificar cada vez mais a proteção aos direitos e garantias fundamentais dos sujeitos, após a Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, ocorrida em 22 de novembro de 1969, na cidade de San José, na Costa Rica, subscreveu-se a Convenção Americana. Tendo em vista a importante relação do tema com a disciplina de Direitos Humanos, o presente estudo tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica capaz de contemplar a análise da evolução doutrinária, jurisprudencial e normativa acerca da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). As decisões da Corte cumprem um papel fundamental na promoção dos direitos humanos no Brasil. Por meio do exame das sentenças em que o País foi condenado pela Corte constata-se que elas alimentam importantes transformações políticas, jurídicas, legislativas e culturais, surtindo efeito sobre a democracia e promovendo o debate acerca dos direitos humanos.

Palavras chaves: Corte Interamericana de Direitos Humanos. Convenção Americana. Direitos Humanos.

ABSTRACT:

The world has experienced innumerable moments throughout its history that have explicitly marked the absence of concern for the fundamental rights and guarantees of individuals. In response to the atrocities committed in so many camps during the Nazi period, the Universal Declaration of Human Rights was approved in December 1948. Aiming at expanding and ratifying more and more the protection of the fundamental rights and guarantees of subjects, following the Inter-American Specialized Conference on Human Rights, held on November 22, 1969, in the city of San José, Costa Rica, the American Convention . Considering the important relation of the subject with the discipline of Human Rights, this study aims to carry out a bibliographical review capable of contemplating the analysis of the doctrinal, jurisprudential and normative evolution on the Inter-American Court of Human Rights (IACHR). The decisions of the Court play a fundamental role in the promotion of human rights in Brazil. Through examination of the sentences in which the country has been condemned by the Court, it is found that they are fueling important political, legal, legislative and cultural transformations, having an effect on democracy and promoting the debate about human rights.

Key words: Inter-American Court of Human Rights. American Convention. Human rights.

Sumário: Introdução; 1. O Sistema Regional Interamericano de proteção dos Direitos Humanos; 1.1. Mudanças e desafios; 1.2. A responsabilidade internacional por violação de direitos humanos; 1.3. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos; 1.4. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos; 1.5. A Corte Interamericana de Direitos Humanos; 2. O Sistema de Petições e Casos; 2.1. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, condições de admissibilidade e o trâmite das petições; 2.2. Direitos Protegidos na Convenção Americana; 3. A contribuição das decisões Interamericanas para a tutela dos direitos humanos no Brasil; 3.1. Caso *ximenes lopes vs Brasil*; 3.2. Caso *Escher e outros vs Brasil*; 3.3. Caso *Garibaldi vs Brasil*; 3.4. Caso *trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs Brasil*; 3.5. Caso *Favela Nova Brasília vs Brasil*; 3.6. Caso do Povo indígena *Xucuru e seus membros vs Brasil*; Conclusão; Referências.

¹ Estudante do 10º período do curso de Direito da UNIABEU.

INTRODUÇÃO

O mundo experimentou inúmeros momentos ao longo de sua história que marcaram explicitamente a ausência da preocupação com os direitos e garantias fundamentais dos indivíduos. Auschwitz, Bolzano, Treblinka, são alguns exemplos vivos e cruéis de campos de concentração onde milhares de sujeitos, aprisionados, encontravam-se famintos, doentes e brutalizados, sem terem qualquer de seus direitos sequer lembrados.

Em resposta às atrocidades cometidas em tantos campos durante o período nazista, diversos acordos foram sendo escritos em prol da garantia ao indivíduo, até que em 10 de dezembro de 1948 foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com trinta e sete artigos, a declaração reconhece a dignidade da pessoa humana, como base da liberdade, da justiça e da paz; o ideal democrático visando o progresso econômico, social e cultural; o direito de resistência à opressão, e, finalmente, a concepção comum desses direitos. Ela enfatiza, por fim, o alcance universal que os direitos humanos devem atingir, sendo observados, independentemente da adversidade cultural, política, econômica e religiosa que se instale na sociedade.

Visando ampliar e ratificar cada vez mais a proteção aos direitos e garantias fundamentais dos sujeitos, após a Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, ocorrida em 22 de novembro de 1969, na cidade de San José, na Costa Rica, subscreveu-se a Convenção Americana (em vigor desde 18 de julho de 1978). Tal convenção reconhece a obrigação dos Estados em respeitar os direitos e responsabilidades nela estabelecidos, bem como adotar as disposições de direito interno que sejam necessárias para que os sujeitos façam efetivo gozo de tais direitos.

Com intuito de observar o preconizado na convenção supracitada, os Estados das Américas, adotantes da Convenção, adotaram uma série de instrumentos internacionais que atualmente regem a base do sistema de promoção e proteção aos direitos humanos, conhecido como Sistema Interamericano dos Direitos Humanos. São eles: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Nessa perspectiva, tendo em vista a importante relação do tema com a disciplina de Direitos Humanos, o presente estudo tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica capaz de contemplar a análise da evolução doutrinária, jurisprudencial e normativa acerca da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Com o cumprimento de tal objetivo espera-se, ainda, compreender e apresentar a evolução histórica dos direitos humanos, bem como o caminho a ser percorrido para que uma petição tramite até a Corte IDH.

A fim de alcançar os objetivos desejados, este estudo organizar-se-á da seguinte maneira: a primeira seção será de cunho teórico, apresentando o desenvolvimento da luta pelos direitos humanos, bem como o desenvolvimento e evolução do Sistema Regional Interamericano de proteção dos Direitos Humanos, com todos os seus conceitos e fundamentos legais pertinentes à compreensão do que é e como é formado tal sistema.

A segunda seção, de caráter elucidativo, buscará esclarecer ao leitor como as pessoas que sofreram violações de seus direitos humanos podem apresentar uma petição à Comissão. Para tanto, serão conhecidos alguns conceitos básicos que devem ser observados antes de se apresentar tal petição, deixando claro, também quais são os direitos humanos protegidos, como e quando se pode apresentar uma denúncia, os requisitos que se devem cumprir e, em geral, quais são os procedimentos que devem ser seguidos.

A terceira seção, a título de ilustração prática, apresentará jurisprudências da Corte IDH na promoção da tutela dos direitos humanos do Brasil. Para tanto, serão estudadas algumas sentenças da Corte nos casos em que o Brasil foi condenado por violações e direitos humanos, quais sejam: 1) a sentença no caso Ximenes Lopes vs Brasil, de 4 de julho de 2006; 2) a sentença no caso Escher e outros vs Brasil, de 6 de julho de 2009; 3) a sentença no caso Garibaldi vs Brasil, de 23 de setembro de 2009; 4) Caso trabalhadores da fazenda Brasil Verde vs Brasil, de 20 de Outubro de 2016; 5) Caso favela Nova Brasília Vs Brasil, de 16 de Fevereiro de 2017; 6) Caso do povo indígena Xucuru, de 5 de fevereiro de 2018. Buscar-se-á descrever, resumidamente, os fatos dos casos, expondo o conteúdo tanto da denúncia da CIDH quanto da sentença da Corte.

Por fim, a conclusão buscará resumir os argumentos centrais do trabalho.

1 O SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1.1. Mudanças e desafios

Os direitos humanos foram violados ao longo do tempo, não havendo no ramo do direito internacional normas específicas que garantissem tal proteção, havia diversas leis tratando de alguns direitos essenciais, mas carecia de um sistema que protegesse as pessoas contra violações aos direitos fundamentais dos seres Humanos.

Conforme Mazzuoli (2014, p.52)

Foi a partir de 1945, quando da adoção da Carta das Nações Unidas, no segundo pós-Guerra, que o Direito Internacional dos Direitos Humanos começou a verdadeiramente se desenvolver e a se efetivar como ramo autônomo do direito internacional público. Antes dessa data também existiam normas que podiam ser consideradas, em parte, como de proteção dos direitos humanos; faltava, entretanto, um sistema específico de normas que protegesse os indivíduos na sua condição de seres humanos.

Como citado, o movimento de internacionalização dos direitos humanos surge no pós-guerra, em resposta às violações cometidas pelo movimento Nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Tais direitos passaram a ser importantes com a criação da carta das Nações Unidas, em 1945, e também com Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948.

Neste sentido, Trindade afirma (2000, p.14)

O processo de generalização da proteção dos direitos humanos desencadeou-se no plano internacional a partir da adoção em 1948 das Declarações Universal e Americana dos Direitos Humanos. Era preocupação corrente, na época, a restauração do direito internacional em que viesse a ser reconhecida a capacidade processual dos indivíduos e grupos sociais no plano internacional. Para isto contribuíram de modo decisivo as duras lições legadas pelo holocausto da segunda guerra mundial.

No Brasil após o período ditatorial de 21 anos que durou de 1964 a 1985 foi que iniciou-se um processo de democratização. O advento da constituição Federal de 1988 – que consagra os princípios da prevalência dos direitos humanos e da dignidade

humana é considerado um marco jurídico da transição ao regime democrático sendo uma das mais avançadas do mundo no que diz respeito as garantias e direitos fundamentais. (PIOVESAN 2012, p. 75, 76).

Nessa perspectiva, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos merece grande destaque, tendo em vista sua incidência no processo de internacionalização dos sistemas jurídicos de diversos países da América Latina. A Corte Interamericana de Direitos Humanos passou, então, a julgar vários casos de violação de direitos humanos, contribuindo para importantes mudanças institucionais no âmbito dos sistemas de justiça nacional.

1.2 A responsabilidade internacional do Estado por violação de Direitos Humanos

A responsabilidade internacional visa punir o Estado que cometeu um ato atentatório contra o direito internacional consumado contra os direitos ou a dignidade de outro Estado, cabendo a aquele reparação do dano e prejuízos. Apesar de o conceito se referir apenas a um Estado em relação a outro, é notório que se aplica também as relações do Estado quando viola os Direitos Humanos.

Cabe a Corte IDH no sistema interamericano julgar um Estado-parte que viole direitos humanos de pessoa que esteja submetida a sua jurisdição, não importando a nacionalidade desta, sendo suficiente que tenha tido seus direitos violados no âmbito de jurisdição de um Estado-parte na Convenção Americana. (MAZZUOLI 2014 p. 35)

Observe-se que há, portanto, uma consagração do indivíduo como principal preocupação da responsabilidade internacional do Estado pelas violações de direitos humanos. Assim sendo, não importa se houve culpa, basta apenas que haja uma violação de direitos humanos enquanto resultado de uma inobservância por parte de um Estado por suas obrigações de forma direta ou por pessoas com apoio do poder público. Isto posto, tem-se que o fundamento da responsabilidade está na constatação, pura e simples, de um eventual comportamento em desacordo com a norma internacional,

Conforme cita Ramos (2004, p. 410):

A responsabilidade internacional do Estado por violação de direitos humanos é, inegavelmente, uma responsabilidade objetiva. O cerne deste instituto está no dever de reparação que nasce toda vez que houver uma violação de uma norma internacional. Basta a comprovação donexo causal, da conduta e do dano em si.

O Estado brasileiro reconheceu a competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos, por meio do Decreto Legislativo nº 89/98, o que ampliou e fortaleceu as instâncias de proteção dos direitos humanos internacionalmente assegurados. Pode-se dizer, portanto, que é recente o alinhamento do Brasil à sistemática internacional de proteção dos direitos humanos, cabendo, desta forma, a seguir, apresentar conceitos importantes referentes a este importante mecanismo de defesa.

1.3 O Sistema Interamericano de Direitos Humanos

O sistema de Interamericano de Direitos Humanos foi criado através de uma série de medidas internacionais adotadas pela Organização dos Estados Americanos que se converteram na base de um sistema regional de proteção dos direitos Humanos e tem como principais órgãos a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Comissão IDH), a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, a Assembleia Geral da OEA e o Conselho permanente da OEA.

O Sistema interamericano de Direitos Humanos possui como principais Normas: a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, a Carta da Organização dos Estados Americanos, o Protocolo de San Salvador e a Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica. (RAMOS 2013 p. 197)

1.4 A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (cidh)

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Membros (OEA) criado em 1959, cujo mandato consta da Carta da OEA. A competência da Comissão alcança todos os

Estados que figuram como partes da convenção Americana, e também os Estados membros da Organização dos Estados Americanos, em relação aos direitos consagrados na Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem. No que diz respeito a sua composição, ela é integrada por sete membros independentes, especialistas em direitos humanos, podendo ser nacionais de qualquer Estado membro da OEA.

A principal atribuição da corte interamericana é a proteção dos Direitos Humanos na América. A comissão cabe fazer recomendações aos governos e adotar medidas quanto a proteção desses direitos; preparar estudos e relatórios; e também solicitar aos governos informações sobre as medidas adotadas referente a aplicação da Convenção, por fim cabe submeter relatório anual à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (PIOVESAN 2012, p. 315).

1.5. A Corte Interamericana de Direitos Humanos

A Corte Interamericana de Direitos Humanos IDH é um órgão judicial autônomo, tendo em vista que foi criado pela Convenção Americana de Direitos Humanos, não é órgão da OEA.

A corte IDH apresenta jurisdição contenciosa e consultiva, no que diz respeito a sua Jurisdição contenciosa, ela não é obrigatória, porque o Estado pode confirmar a Convenção Americana e não reconhecer a Jurisdição da Corte IDH.

Conforme Mazzuoli (2014, p.52)

A competência contenciosa da Corte Interamericana é limitada aos Estados-partes da Convenção que reconheçam expressamente a sua jurisdição. Isto significa que um Estado-parte na Convenção Americana não pode ser demandado perante a Corte se ele próprio não aceitar a sua competência contenciosa. Ocorre que, ao ratificarem a Convenção Americana, os Estados-partes já aceitam automaticamente a competência *consultiva* da Corte, mas em relação à competência *contenciosa*, esta é facultativa e poderá ser aceita posteriormente.

O Brasil incorporou a internamente a Convenção Interamericana de Direitos Humanos em 1992, mas sendo reconhecida sua Jurisdição contenciosa da Corte IDH apenas em 1998, através do decreto legislativo 89/98 no dia 03 de dezembro desse ano. Posteriormente, o Brasil editou outro decreto 4.463 em 08 de novembro de 2002,

promulgando o reconhecimento da Jurisdição da corte interamericana no território nacional.

A Corte IDH é composta por sete juízes de nacionalidades diferentes, escolhidos pelos os Estados partes da convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, cujo o mandato é de 6 anos, admitindo somente uma reeleição. (RAMOS 2017 p. 433).

2 O SISTEMA DE PETIÇÕES E CASOS

Após exposição de alguns casos reais onde a CIDH foi acionada, e, visando cumprir o objetivo do presente estudo, passa-se a tratar sobre quando e como deve ser apresentada uma petição no Sistema Interamericano.

Isto posto, procuraremos informar, nesta seção, os conceitos básicos que devem ser conhecidos antes de se apresentar os casos à Comissão. Visa a expor, em termos claros e simples, quais são os direitos humanos protegidos, como e quando apresentar uma petição, os requisitos que devem ser cumpridos, a informação adicional a ser incluída e, em geral, os procedimentos a serem seguidos para obter melhores resultados.

2.1. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, condições de admissibilidade e o trâmite das petições

A Comissão interamericana de Direitos Humanos é o órgão responsável por fazer o juízo de admissibilidade das comunicações ou petições apresentadas. Estas podem ser apresentadas individualmente ou em grupos, por entidades não governamentais legais em um ou mais Estados-membros das Organizações, tendo por base o Art. 44 da Convenção Americana. (MAZZUOLI, 2014 p. 96)

Requisitos de admissibilidade Segundo Art. 46 da Convenção Americana:

1. Para que uma petição ou comunicação apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45 seja admitida pela Comissão, será necessário:
 - a. Que hajam sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de direito internacional geralmente reconhecidos;
 - b. Que seja apresentada dentro do prazo de seis meses, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva;
 - c. Que a matéria da petição ou comunicação não esteja pendente de outro processo de solução internacional; e

d. Que, no caso do artigo 44, a petição contenha o nome, a nacionalidade, a profissão, o domicílio e a assinatura da pessoa ou pessoas ou do representante legal da entidade que submeter a petição.

2. As disposições das alíneas a e b do inciso 1 deste artigo não se aplicarão quando:

- a. Não existir, na legislação interna do Estado de que se tratar, o devido processo legal para a proteção do direito ou direitos que se alegue tenham sido violados;
- b. Não se houver permitido ao presumido prejudicado em seus direitos o acesso aos recursos da jurisdição interna, ou houver sido ele impedido de esgotá-los; e
- c. Houver demora injustificada na decisão sobre os mencionados recursos.

No que refere-se ao esgotamento, aquele que peticiona a Comissão deve antes esgotar a possibilidade de recursos nas esferas judicial e administrativa, e só assim poderá a lide ser apreciada na esfera internacional. Cabe ressaltar que o Estado violador só é acionado depois de esgotado os recursos internos. (RAMOS, 2017 p. 429)

Conforme menciona Ramos (2017 p. 429) há casos de dispensa da necessidade do prévio esgotamento dos recursos internos, são eles:

- 1) não existir o devido processo legal para a proteção do direito violado;
- 2) não se houver permitido à vítima o acesso aos recursos da jurisdição interna, ou houver sido ele impedido de esgotá-los;
- 3) houver demora injustificada na decisão sobre os mencionados recursos (artigo 46.2);
- 4) o recurso disponível for inidôneo (por exemplo, o recurso não é apto a reparar o dano);
- 5) o recurso for inútil (por exemplo, já há decisão da Suprema Corte local em sentido diverso) ou
- 6) faltam defensores ou há barreiras de acesso à justiça.

A corte IDH adotou o entendimento de que o Estado deve invocar a exceção de admissibilidade por esgotamento dos recursos internos, caso o Estado não a invoque entende-se que houve desistência tácita.

Logo após a fase de admissibilidade, inicia-se a fase conciliatória, nesse caso ocorrendo solução amigável entre a vítima e o Estado infrator, a comissão emitirá relatório com os fatos e o acordo feito entre as partes, sendo depois este remetido ao peticionário, aos Estados e também ao Secretário-Geral da OEA.

Constatadas violações aos Direitos Humanos a Comissão elabora um primeiro Relatório e encaminha-o confidencialmente ao Estado violador, cabendo a este cumprir as recomendações, no caso de o Estado não cumprir as recomendações não reparando o dano causado a Comissão pode submeter o caso a Corte, para que isso ocorra o Estado infrator deve ter reconhecido a Jurisdição obrigatória da corte ou a

Comissão interpretar que tal ação é favorável para a proteção dos Direitos Humanos. O prazo para cumprir as recomendações é de três meses podendo ser prorrogado por igual período. Caso o Estado violador não tenha reconhecido a jurisdição da Corte, a Comissão deve elaborar um segundo informe.

O segundo relatório somente é elaborado caso não exista ação Judicial perante a Corte IDH, caso o Estado não cumpra as recomendações no prazo, a Comissão enviará um relatório anual Assembleia Geral da OEA, para que a OEA tome as medidas cabíveis para proteção dos Direitos Humanos. (RAMOS, 2017 p. 429, 430, 432)

Por último, cabe mencionar que a Comissão só pode enviar a petição a Corte IDH, caso o Estado parte reconheça a jurisdição contenciosa da Corte que é clausula facultativa, Visto que ao ratificarem a convenção os Estados partes automaticamente reconhecem apenas a competência consultiva. (MAZZUOLI, 2014 p. 97)

2.2. Direitos protegidos na Convenção Americana

A Convenção Americana, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é considerada o mais importante instrumento de proteção dos Direitos Humanos, apenas os Estados membros da OEA podem aderir a Convenção Americana. Esta reconhece vários direitos civis e políticos que possuem certa similaridade com os expressos no Pacto Internacional dos Direitos Civis e políticos. (PIOVESAN 2012, p. 311, 312)

Conforme menciona Mazzuoli (2014, p 94, 95) a Convenção elenca um rol de direitos que são:

direito à vida (art. 4.º), do direito à integridade pessoal (art. 5.º), do direito de não ser submetido à escravidão ou servidão(art. 6.º), do direito à liberdade pessoal (art. 7.º), do direito de recorrer da sentença criminal a juiz ou tribunal superior (art. 8.º, § 2.º, *h*), do direito de liberdade de consciência e de crença (art. 12), do direito de liberdade de pensamento e expressão (art. 13), do direito de retificação ou resposta (art. 14), do direito de reunião (art. 15), do direito ao nome (art. 18), do direito à nacionalidade(art. 20), do direito à propriedade privada (art. 21), do direito de circulação e de residência (art.22), dos direitos políticos (art. 23), do direito à igualdade perante a lei (art. 24) e à proteção judicial (art. 25). Na sua Parte II o tratado enumera os meios de alcançar a proteção dos direitos elencados na Parte I.

A Comissão não buscou em especificar qual direito civil, social e econômica, apenas determina que os Estados busquem alcançar a realização desses direitos, criando normas que sejam apropriadas. (PIOVESAN 2012, p. 313)

Conforme Art. 26 da Convenção Americana que tem a seguinte redação:

Os Estados Partes comprometem-se a adotar providências, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.

A convenção tem como base os seus dois primeiros artigos. No seu Art. 1. 1, a locução “toda pessoa sujeita a sua jurisdição” significa que a proteção se estende aos nacionais dos Estados-partes, estrangeiros, e apátridas, sejam residentes ou não. (MAZZUOLI, 2014 p. 95)

Dispõe o Art. 1.1 e 2 da Convenção:

1. Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social. Art. 2 Se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados Partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades.

Por fim, houve, em 1998, a adoção de um protocolo adicional à convenção pela Assembleia Geral das Organizações dos Estados Americanos, tratando dos direitos sociais, econômicos e culturais. Chamado de protocolo de San Salvador que entrou em vigor em 1999. (PIOVESAN 2012 p. 313)

Além dos direitos previstos pela Convenção, existem outros instrumentos que merecem ser mencionados: o Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte (1990); a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1985); a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994), conhecida como Convenção de Belém do Pará; a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores (1994); e a Convenção Interamericana para a Eliminação

de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (1999). Cabe ressaltar, que nem todos instrumentos foram ratificados por países Estados-partes da OEA. (MAZZUOLI, 2014 p. 95)

3 A CONTRIBUIÇÃO DAS DECISÕES INTERAMERICANAS PARA A TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

A partir da análise dos casos julgados pela Corte em que o Brasil foi condenado por violações de direitos humanos, é possível identificar os efeitos positivos da sentença internacional no âmbito interno, pois tais sentenças acabam por servir de impulso para: a adoção de políticas públicas em setores tradicionalmente menos amparados; a modificação da legislação interna com a edição de leis que garantem os direitos das vítimas que tiveram seus direitos humanos violados e; volta a atenção da sociedade para os abusos cometidos por agentes públicos.

Espera-se, com o estudo dos julgados que serão apresentados a seguir, apontar o principal ponto de dificuldade na implementação das decisões da Corte no direito brasileiro, qual seja, o cumprimento das sentenças no que tange à investigação e responsabilização penal pelas violações de direitos humanos.

3.1 O caso Ximenes Lopes vs Brasil

Este caso deu origem a primeira sentença condenatória do Brasil julgado pela Corte IDH, em 1991. Segundo (CASSIA MARIA ROSATO E LUDMILA CERQUEIRA CORREIA, 2011 p. 99) Damião Ximenes Lopes foi internado, em 1999, por sua mãe na casa de repouso Guararapes, credenciada ao Sistema Único de Saúde (SUS) localizada no município de Sobral, no Ceará. Foi internado em razão da doença mental que sofria. Quatro dias após, sua mãe foi visita-lo e o porteiro negou sua entrada, mesmo assim conseguiu entrar e chamar por Damião. Relatos dos fatos

Conforme Maria Rosato e Ludmila Cerqueira Correia (2011 p. 99)

Ele [Damião] veio até ela [mãe] caindo e com as mãos amarradas atrás, sangrando pelo nariz, com a cabeça toda inchada e com os olhos quase fechados, vindo a cair a seus pés, todo sujo, machucado e com cheiro de excrementos e urina. Que ele caiu a seus pés dizendo: polícia, polícia, polícia, e que ela não sabia o que fazer e que pedia que o desamarrassem. Que ele estava cheio de manchas roxas pelo corpo e com a cabeça tão inchada que

nem parecia ele. (COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS apud ROSATO e CORREIA, 2011, p. 99)

Logo após, sua mãe solicitou que Damião recebesse os devidos cuidados pelos auxiliares, após foi medicado pelo sem a realização de nenhum exame. Após chega em casa, a mãe de Damião recebeu a notícia de que seu filho havia morrido iniciando a busca por justiça.

Primeiramente, foi registrada a ocorrência do caso na delegacia, logo após seguiu o trâmite Judicial interno e em decorrência da demora da Justiça brasileira, sua irmã Irene Ximenes Lopes peticionou contra o Estado brasileiro perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A comissão decidiu submeter o caso a Corte, em 30 de setembro de 2004.

Conforme Maria Rosato e Ludmila Cerqueira Correia (2011 p. 101)

A CIDH apresentou a demanda para que a Corte decidisse se o Estado brasileiro seria responsável, conforme mencionado antes, pela violação dos direitos consagrados nos artigos 4 (direito à vida); 5 (direito à integridade pessoal); 8 (direito às garantias judiciais) e 25 (direito à proteção judicial) da Convenção Americana, em relação à obrigação estabelecida no artigo 1.1 (obrigação de respeitar os direitos) da mesma, em prejuízo de Damião Ximenes, pelas condições inumanas e degradantes de sua hospitalização, em um clínica psiquiátrica que operava dentro do marco legislativo do SUS no Brasil.

A Corte julgou, em 04 de julho de 2006, o Brasil responsável por violar os direitos à Vida, integridade pessoal, à proteção judicial e às garantias judiciais. Além disso, a Corte determinou o pagamento de indenizações morais e materiais aos familiares da vítima.

Determinações da Corte Interamericana de Direitos Humanos (2006 p. 84)

6. O Estado deve garantir, em um prazo razoável, que o processo interno destinado a investigar e sancionar os responsáveis pelos fatos deste caso surta seus devidos efeitos, nos termos dos parágrafos 245 a 248 da presente Sentença

8. O Estado deve continuar a desenvolver um programa de formação e capacitação para o pessoal médico, de psiquiatria e psicologia, de enfermagem e auxiliares de enfermagem e para todas as pessoas vinculadas ao atendimento de saúde mental, em especial sobre os princípios que devem reger o trato das pessoas portadoras de deficiência mental, conforme os padrões internacionais sobre a matéria e aqueles dispostos nesta Sentença, nos termos do parágrafo 250 da presente Sentença.

12. Supervisionará o cumprimento íntegro desta Sentença e dará por concluído este caso uma vez que o Estado tenha dado cabal cumprimento ao disposto nesta Sentença. No prazo de um ano, contado a partir da notificação desta Sentença, o Estado deverá apresentar à Corte relatório sobre as medidas adotadas para o seu cumprimento.

Por fim, os resultados da sentença da Corte no caso Ximenes Lopes foram resultados positivos: a responsabilização internacional do Brasil por violação de direitos humanos fixou a jurisprudência na Corte IDH acerca da proteção e do cuidado necessários a pessoas que possuem transtornos mentais, obrigando o Brasil e outros países signatários a possuírem políticas públicas de defesa destas.

3.2 O caso Escher e outros vs Brasil

Neste caso, a Corte IDH julgou o Brasil por grampear ilegalmente ligações telefônicas de membros de associações de trabalhadores rurais ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no Paraná, em 1999. A denúncia foi feita por diversas organizações não governamentais (ONGs) ligadas ao Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra.

Na denúncia, a CIDH alegou a alegava a ilegalidade e a nulidade das interceptações telefônicas, tendo o Estado brasileiro violado o direito à vida privada, à honra e a reputação das supostas vítimas, a liberdade de associação, à proteção a cláusula pétrea federal. (REVISTAS DOS TRIBUNAIS, 2013 p. 310)

Por unanimidade, além de condenar aso danos morais Corte IDH (2009 p. 76) em 06 de julho de 2009, decidiu que:

8. O Estado deve publicar no Diário Oficial, em outro jornal de ampla circulação nacional, e em um jornal de ampla circulação no Estado do Paraná, uma única vez, a página de rosto, os Capítulos I, VI a XI, sem as notas de rodapé, e a parte resolutive da presente Sentença, bem como deve publicar de forma íntegra a presente Decisão em um sítio web oficial da União Federal e do Estado do Paraná. As publicações nos jornais e na internet deverão realizar-se nos prazos de seis e dois meses, respectivamente, contados a partir da notificação da presente Sentença, nos termos do parágrafo 239 da mesma.

9. O Estado deve investigar os fatos que geraram as violações do presente caso, nos termos do parágrafo 247 da presente Sentença.

A repercussão do caso Escher no âmbito interno não contribuiu para mudanças legislativas internas, tendo em vista que o direito a inviolabilidade das comunicações e assegurado constitucionalmente no Brasil e amparado por uma legislação precisa e clara sobre o seu exercício. Enfim, o caso serviu para ressaltar os abusos cometidos pelas autoridades no que diz respeito as interceptações telefônicas, e também para que o Judiciário leve a sério esse preceito fundamental.

3.3. O caso Garibaldi vs. Brasil

O caso se trata de famílias vinculadas ao MST no ano de 1998 que estavam acampadas em uma fazenda, quando por volta de cinco horas da manhã, um grupo de vinte homens chegaram atirando e exigindo que as famílias deixassem suas barracas. O Sr Garibaldi ao sair da barraca foi atingido na coxa por uma arma de fogo, vindo a morrer por Hemorragia.

O presente caso, foi peticionado a Comissão com a denúncia feita pelas organizações Justiça Global, Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na data de 6 de maio de 2003. A Comissão emitiu recomendações ao Brasil, com prazo de 2 meses, que não foram cumpridas. (REVISTA DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA 2013 p. 25)

Tendo em vista a omissão, a Comissão decidiu levar o caso a Corte IDH. Por unanimidade, a Corte entendeu houve violação aos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial em prejuízo da esposa e filhos do senhor Garibaldi, condenando também o Estado brasileiro a publicar a sentença impressa em Diário oficial, a pagar indenização à esposa e filhos a título de dano material e imaterial, restituir as custas e os gastos feitos no processo. Além disso, conduzir inquérito para identificar, julgar, e aplicar sanções aos autores do crime contra Garibaldi. (CORTE IDH 2009 p. 52)

Da mesma forma que o caso Escher e outros, a contribuição nesse caso reside em dirigir a atenção das autoridades, da imprensa, enfim, da sociedade em geral para as violações de direitos de grupos vulneráveis no âmbito interno. Tais violações refletem a desigualdade social, bem como a cultura de violência e impunidade, que são características que ainda fazem parte da realidade brasileira.

3.4. Caso trabalhadores da fazenda Brasil Verde vs Brasil

O presente caso relaciona-se à Fazenda Brasil Verde, localizada no Estado do Pará. Em que milhares de trabalhadores eram submetidos a prática de trabalho escravo. Nos fatos alegados no depoimento de dois trabalhadores que fugiram, declararam que eram ameaçados de morte caso abandonassem a fazenda, inclusive viviam sem salários, moradia inadequada, sem saúde e higiene. Devido à falta de mecanismos que garantissem a proteção dos direitos e a punição dos responsáveis, surgiu a responsabilidade internacional do Estado após o desaparecimento de dois

adolescentes e que foi comunicado as autoridades em 21 de dezembro de 1998, que não tomaram as medidas necessárias para desvendar o caso. (CORTE IDH, 2016 p. 4).

No ano 1997, após uma visita a fazenda Brasil verde, o Ministério Público Federal (MPF) encontrou irregularidades e apresentou uma denúncia contra o gerente da fazenda, pelos delitos de trabalho escravo, atentado contra a liberdade de trabalho e aliciamento de trabalhadores; e contra o proprietário do imóvel rural por frustrar direitos trabalhistas. Em 1999, ao ser analisado pela justiça federal, esta autorizou a suspensão do processo, em troca da entrega de seis cestas básicas a uma entidade beneficente. O juiz federal que julgou a causa declarou-se incompetente em 2001 para julgar o processo em relação aos outros dois denunciados, sendo enviados a justiça estadual que em 2004 declarou-se também incompetente. Em 2007, O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tendo em vista a sua competência constitucional decidiu que a Justiça federal era competente para o delito de trabalho escravo. No ano seguinte a ação foi declarada extinta. (CORTE IDH, 2016 p. 38,39).

O trâmite do caso na comissão Interamericana teve início, em 12 de novembro 1998, através de petição apresentada pela Comissão Pastoral da terra (CPT) e o Centro de Justiça e o Direito Internacional. Em 03 de novembro de 2011, A comissão o emitiu Relatório de Admissibilidade do Mérito com uma séries de conclusões e recomendações ao Estado, sendo notificado deste em 2012 para que no prazo de 2 meses informasse sobre o cumprimento de estas.

A Comissão concedeu 10 extensões de prazo, tendo o Estado não cumprindo as recomendações. Tendo em vista o não acolhimento do Estado, a Comissão submeteu em 04 de março de 2015 o caso a Jurisdição da Corte. (CORTE IDH, 2016 p. 5, 6).

Por Unanimidade, a Corte IDH (2016, p. 122, 123, 124) decidiu, no dia 20 de Outubro de 2016, que:

3. O Estado é responsável pela violação do direito a não ser submetido a escravidão e ao tráfico de pessoas, estabelecido no artigo 6.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação aos artigos 1.1, 3, 5, 7, 11 e 22 do mesmo instrumento, em prejuízo dos 85 trabalhadores resgatados em 15 de março de 2000 na Fazenda Brasil Verde, listados no parágrafo 206 da presente Sentença, nos termos dos parágrafos 342 e 343 da presente Sentença. Adicionalmente, em relação ao senhor Antônio Francisco da Silva, essa violação ocorreu também em relação ao artigo 19 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, por ser criança no momento dos fatos, nos termos dos parágrafos 342 e 343 da presente Sentença.

5. O Estado é responsável por violar as garantias judiciais de devida diligência e de prazo razoável, previstas no artigo 8.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em prejuízo dos 43 trabalhadores da Fazenda Brasil Verde encontrados durante a fiscalização de 23 de abril de 1997 e que foram identificados pela Corte no parágrafo 199 da Sentença, nos termos dos parágrafos 361 a 382 da presente Sentença

7. O Estado não é responsável pelas violações aos direitos à personalidade jurídica, à vida, à integridade e à liberdade pessoal, às garantias e à proteção judiciais, contemplados nos artigos 3, 4, 5, 7, 8 e 25 da Convenção Americana, em relação aos artigos 1.1 e 19 do mesmo instrumento, em prejuízo de Luis Ferreira da Cruz e Iron Canuto da Silva nem de seus familiares, nos termos dos parágrafos 421 e 426 a 434 da presente Sentença.

8. Esta Sentença constitui, per se, uma forma de reparação.

9. O Estado deve reiniciar, com a devida diligência, as investigações e/ou processos penais relacionados aos fatos constatados em março de 2000 no presente caso para, em um prazo razoável, identificar, processar e, se for o caso, punir os responsáveis, de acordo com o estabelecido nos parágrafos 444 a 446 da presente Sentença. Se for o caso, o Estado deve restabelecer (ou reconstruir) o processo penal 2001.39.01.000270-0, iniciado em 2001, perante a 2ª Vara de Justiça Federal de Marabá, Estado do Pará, de acordo com o estabelecido nos parágrafos 444 a 446 da presente Sentença.

10. O Estado deve realizar, no prazo de seis meses a partir da notificação da presente Sentença, as publicações indicadas no parágrafo 450 da Sentença, nos termos dispostos na mesma.

11. O Estado deve, dentro de um prazo razoável a partir da notificação da presente Sentença, adotar as medidas necessárias para garantir que a prescrição não seja aplicada ao delito de Direito Internacional de escravidão e suas formas análogas, no sentido disposto nos parágrafos 454 e 455 da presente Sentença.

12. O Estado deve pagar os montantes fixados no parágrafo 487 da presente Sentença, a título de indenizações por dano imaterial e de reembolso de custas e gastos, nos termos do parágrafo 495 da presente Sentença.

13. O Estado deve, dentro do prazo de um ano contado a partir da notificação desta Sentença, apresentar ao Tribunal um relatório sobre as medidas adotadas para dar cumprimento à mesma, sem prejuízo do estabelecido no parágrafo 451 da presente Sentença.

14. A Corte supervisionará o cumprimento integral desta Sentença, no exercício de suas atribuições e no cumprimento de seus deveres, em conformidade com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e dará por concluído o presente caso uma vez que o Estado tenha dado total cumprimento ao disposto na mesma.

No que diz respeito aos pagamentos de Indenizações, o Ministério dos Direitos Humanos publicou edital convocando às vítimas para que apresentem documentos para que seja possível os pagamentos.

O Estado brasileiro tem se esforçado em cumprir com os compromissos firmados para combater e erradicar o trabalho escravo. Muito ainda se tem a fazer. A sentença dada pela Corte exige ainda continuidade dessas ações, mantendo essas políticas já adotadas, bem como reavaliação necessária das já implantadas.

3.5. Caso favela Nova Brasília vs Brasil

Este caso trata-se de duas incursões policiais na Favela Nova Brasília RJ, em 18 de outubro de 1994 e 08 de maio de 1995, que geraram na morte de 26 pessoas e violência sexual de outras três, violando assim, o direito à vida, a integridade presentes nos artigos da convenção. Na primeira incursão, foram 13 vítimas do sexo masculino, sendo quatro destas crianças, e também cometeram atos de violência sexual contra três adolescentes do sexo feminino de idades entre 15 e 16 anos. Na segunda, o resultado foi de três policiais feridos e 13 homens mortos, sendo dois menores de idade.

Logo após o ocorrido, foram abertas investigações por parte da polícia civil por uma Comissão Especial que foi criada pelo Governador do estado do Rio de Janeiro, sendo as mortes registradas sobre os atos de resistência a prisão resultante na morte de opositores e tráfico de drogas. Em 2009 ambas foram arquivadas por terem prescritos. (CORTE IDH, 2017 p. 2)

A tramitação do caso na Comissão teve início em 3 de novembro de 1995 e em 24 de julho de 1996, sendo apresentadas petições pelo Centro de Justiça o Direito Internacional (CEJIL) e pela Human Rights Watch Americas. Já os relatórios de admissibilidade em 25 de setembro de 1998 e 22 de fevereiro de 2001. O relatório de Mérito foi emitido 15 anos depois na data de 31 de outubro de 2011. (CORTE IDH, 2017 p. 3)

Recomendações da Comissão, Corte IDH (2017, p 3,4)

- a. conduzir uma investigação exaustiva, imparcial e efetiva das violações descritas no Relatório de Mérito, em prazo razoável, por autoridades judiciais independentes da polícia, com vistas a determinar a verdade e punir os responsáveis. A investigação levará em conta os vínculos existentes entre as violações de direitos humanos descritas no Relatório e o padrão de uso excessivo da força letal por parte da polícia. Também considerará as possíveis omissões, atrasos, negligências e obstruções na justiça provocadas por agentes do Estado;
- b. adotar todas as medidas necessárias para garantir uma compensação adequada e completa, tanto pelos danos morais como pelos danos materiais ocasionados pelas violações descritas no Relatório, em favor de L.R.J., C.S.S. e J.F.C., e das vítimas citadas no parágrafo 191 do Relatório;
- c. eliminar imediatamente a prática de registrar automaticamente as mortes provocadas pela polícia como “resistência à prisão”;
- d. erradicar a impunidade da violência policial em geral, adaptando a legislação interna, os regulamentos administrativos, os procedimentos e os planos operacionais das instituições com competência em políticas de segurança cidadã, a fim de garantir que sejam capazes de prevenir, investigar e punir qualquer violação de direitos humanos decorrente dos atos de violência cometidos por agentes do Estado;
- e. estabelecer sistemas de controle e prestação de contas internos e externos para tornar efetivo o dever de investigar, com uma perspectiva de

gênero e étnico-racial, todos os casos em que os agentes da ordem utilizam a força letal e/ou a violência sexual, e fortalecer a capacidade institucional de órgãos independentes de supervisão, inclusive os órgãos forenses, para enfrentar o padrão de impunidade dos casos de execuções extrajudiciais por parte da polícia;

f. implementar planos para modernizar e profissionalizar as forças policiais, assegurando a responsabilização por abusos do passado, mediante a expulsão de conhecidos perpetradores dos órgãos de segurança do Estado, bem como de outros cargos de autoridade, e realizando ajustes em sua filosofia institucional, com vistas a cumprir as normas e princípios internacionais de direitos humanos relativos à segurança cidadã;

g. capacitar adequadamente o pessoal policial sobre como tratar de maneira efetiva e eficiente as pessoas oriundas dos setores mais vulneráveis da sociedade, inclusive as crianças, as mulheres e os residentes de favelas, buscando superar o estigma de que todos os pobres são criminosos;

h. regulamentar legalmente, tanto no aspecto formal como no material, os procedimentos policiais que envolvam uso legítimo da força, estipulando expressamente que só se pode recorrer a esse extremo como último recurso, e que o uso da força deve se inspirar nos princípios de excepcionalidade, necessidade e proporcionalidade. A esse respeito, o Estado levará em conta, entre outros, os Princípios Básicos das Nações Unidas sobre o Emprego da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Encarregados de Fazer Cumprir a Lei e os Princípios das Nações Unidas Relativos a uma Eficaz Prevenção e Investigação das Execuções Extralegais, Arbitrárias ou Sumárias.

Logo após a notificação do relatório de Mérito, em 16 de maio de 2013, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro iniciou uma ação penal contra seis envolvidos. O processo está em tramitação no I Tribunal do Júri (nº: 0271673-52.2009.8.19.0001).

A Comissão, em 19 de Maio de 2015, submeteu o caso a Jurisdição da Corte IDH. Tendo a Corte IDH (2017, p.88, 89) em 16 de Fevereiro de 2017, condenado o Brasil por Unanimidade a:

I) conduzir eficazmente a investigação em curso sobre os fatos relacionados às mortes ocorridas na incursão de 1994, com a devida diligência e em prazo razoável, para identificar, processar e, caso seja pertinente, punir os responsáveis;

II) iniciar ou reativar uma investigação eficaz a respeito das mortes ocorridas na incursão de 1995;

III) avaliar se os fatos referentes às incursões de 1994 e 1995 devem ser objeto de pedido de Incidente de Deslocamento de Competência;

IV) iniciar uma investigação eficaz a respeito dos fatos de violência sexual;

V) oferecer gratuitamente, por meio de suas instituições de saúde especializadas, e de forma imediata, adequada e efetiva, o tratamento psicológico e psiquiátrico de que as vítimas necessitem, após consentimento fundamentado e pelo tempo que seja necessário, inclusive o fornecimento gratuito de medicamentos;

VI) realizar as publicações indicadas na Sentença;

VII) realizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional em relação aos fatos do presente caso e sua posterior investigação, durante o qual deverão ser inauguradas duas placas em

memória das vítimas da presente Sentença, na praça principal da Favela Nova Brasília;

VIII) publicar anualmente um relatório oficial com dados relativos às mortes ocasionadas durante operações da polícia em todos os estados do país e com informação atualizada anualmente sobre as investigações realizadas a respeito de cada incidente que redunde na morte de um civil ou de um policial;

IX) estabelecer os mecanismos normativos necessários para que, na hipótese de supostas mortes, tortura ou violência sexual decorrentes de intervenção policial, em que prima facie policiais apareçam como possíveis acusados, desde a notícia criminis se delegue a investigação a um órgão independente e diferente da força pública envolvida no incidente, como uma autoridade judicial ou o Ministério Público, assistido por pessoal policial, técnico criminalístico e administrativo alheio ao órgão de segurança a que pertença o possível acusado, ou acusados;

X) adotar as medidas necessárias para que o Estado do Rio de Janeiro estabeleça metas e políticas de redução da letalidade e da violência policial;

XI) implementar, em prazo razoável, um programa ou curso permanente e obrigatório sobre atendimento a mulheres vítimas de estupro, destinado a todos os níveis hierárquicos das Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro e a funcionários de atendimento de saúde; xii) adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias para permitir às vítimas de delitos ou a seus familiares participar de maneira formal e efetiva da investigação de delitos conduzida pela polícia ou pelo Ministério Público;

XII) adotar as medidas necessárias para uniformizar a expressão “lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial” nos relatórios e investigações da polícia ou do Ministério Público em casos de mortes ou lesões provocadas por ação policial. O conceito de “oposição” ou “resistência” à ação policial deverá ser abolido;

XIV) pagar as quantias fixadas na Sentença, a título de indenizações por dano imaterial e pelo reembolso de custas e gastos;

XV) restituir ao Fundo de Assistência Jurídica de Vítimas da Corte Interamericana de Direitos Humanos a quantia desembolsada durante a tramitação do presente caso, e

XVV) dentro do prazo de um ano contado a partir da notificação da Sentença, apresentar ao Tribunal um relatório sobre as medidas adotadas para seu cumprimento.

Por fim, a condenação do Estado brasileiro serve de exemplo a outros Estados que violam os Direitos Humanos, tendo em vista que estão uma posição de garantidores de tais Direitos, no Brasil ainda há muito a fazer, pois constantemente temos violações de Direitos Fundamentais por parte das autoridades seja agindo ou omitindo.

3.6. Caso do povo indígena Xucuru e seus membros vs Brasil

Este caso refere-se a suposta violação do direito de propriedade coletiva e à integridade pessoa do Povo indígena Xucuru, sendo submetida à Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 16 de março de 2016.

O Povo Xucuru sofreu diversas violações aos Direitos Humanos ao longo do tempo, o povo vive no Agreste de Pernambuco na Serra do Ororubá. Depois da

escolha de um novo Cacique Xikão, por volta de 1980, ouve maior articulação por parte destes, e logo após conseguiram adquirir a homologação dos 27.555 hectares ao qual vivem, buscando nela preservar sua cultura e identidade, almejam futuramente a posse total do território, mas sofrem com invasões de posseiros. (LINHARES, 2018 p.1).

O caso chegou a Comissão através de petição formulada, em 16 de outubro de 2002, no qual foi apresentada Assessoria Jurídica das Organizações Populares (GAJOP) e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Sendo o relatório de admissibilidade aprovado, em 29 de outubro de 2009. Já o relatório de Mérito foi aprovado, em 28 de julho de 2015. (CORTE 2018, p 4)

Recomendações da Comissão ao Estado brasileiro, Corte (2018 p. 5)

- a. Adotar, com a brevidade possível, as medidas necessárias, inclusive as medidas legislativas, administrativas ou de outra natureza, indispensáveis à realização do saneamento efetivo do território ancestral do Povo Indígena Xucuru, de acordo com seu direito consuetudinário, valores, usos e costumes. Consequentemente, garantir aos membros do povo que possam continuar vivendo de maneira pacífica seu modo de vida tradicional, conforme sua identidade cultural, estrutura social, sistema econômico, costumes, crenças e tradições particulares
- b. Adotar, com a brevidade possível, as medidas necessárias para concluir os processos judiciais interpostos por pessoas não indígenas sobre parte do território do Povo Indígena Xucuru. Em cumprimento a essa recomendação, o Estado deveria zelar por que suas autoridades judiciais resolvessem as respectivas ações conforme as normas sobre direitos dos povos indígenas expostos no Relatório de Mérito.
- c. Reparar, nos âmbitos individual e coletivo, as consequências da violação dos direitos enunciados no Relatório de Mérito. Em especial, considerar os danos provocados aos membros do Povo Indígena Xucuru, pela demora no reconhecimento, demarcação e delimitação, e pela falta de saneamento oportuno e efetivo de seu território ancestral.
- d. Adotar as medidas necessárias para evitar que no futuro ocorram fatos similares; em especial, adotar um recurso simples, rápido e efetivo, que tutele o direito dos povos indígenas do Brasil de reivindicar seus territórios ancestrais e de exercer pacificamente sua propriedade coletiva.

A comissão notificou o Estado brasileiro sobre o Relatório do Mérito, em 16 de outubro de 2015, e concedeu o prazo de 2 meses para que o Estado cumprisse as recomendações, tendo o Estado não cumprindo, mesmo com uma prorrogação de prazo, com também não tendo apresentado informações sobre as reparações ao povo Indígena Xucuru. Assim, em 16 de março de 2016, a Comissão submeteu o caso a corte com os fatos descritos no relatório. (CORTE 2018 p.5).

Na data de 05 de Fevereiro de 2018 a Corte (2018 p. 53) proferiu a seguinte sentença, por unanimidade:

3. O Estado é responsável pela violação do direito à garantia judicial de prazo razoável, previsto no artigo 8.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento do Povo Indígena Xucuru, nos termos dos parágrafos 130 a 149 da presente Sentença.

4. O Estado é responsável pela violação do direito à proteção judicial, bem como do direito à propriedade coletiva, previsto nos artigos 25 e 21 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento do Povo Indígena Xucuru, nos termos dos parágrafos 150 a 162 da presente Sentença.

5. O Estado não é responsável pela violação do dever de adotar disposições de direito interno, previsto no artigo 2o da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 21 do mesmo instrumento, em detrimento do Povo Indígena Xucuru, nos termos dos parágrafos 163 a 166 da presente Sentença.

6. O Estado não é responsável pela violação do direito à integridade pessoal, previsto no artigo 5.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, em detrimento do Povo Indígena Xucuru, nos termos dos parágrafos 171 a 181 da presente Sentença.

7. Esta Sentença constitui, por si mesma, uma forma de reparação.

8. O Estado deve garantir, de maneira imediata e efetiva, o direito de propriedade coletiva do Povo Indígena Xucuru sobre seu território, de modo que não sofram nenhuma invasão, interferência ou dano, por parte de terceiros ou agentes do Estado que possam depreciar a existência, o valor, o uso ou o gozo de seu território, nos termos do parágrafo 193 da presente Sentença.

9. O Estado deve concluir o processo de desintrusão do território indígena Xucuru, com extrema diligência, efetuar os pagamentos das indenizações por benfeitorias de boa-fé pendentes e remover qualquer tipo de obstáculo ou interferência sobre o território em questão, de modo a garantir o domínio pleno e efetivo do povo Xucuru sobre seu território, em prazo não superior a 18 meses, nos termos dos parágrafos 194 a 196 da presente Sentença.

Por fim, segundo informações jornalísticas foi realizado um protesto em Brasília, em 04 de Dezembro de 2018, para pressionar o governo federal a cumprir a sentença da Corte IDH, cabe ressaltar que até o presente momento não foram executados nenhum dos pontos da sentença.

CONCLUSÃO

As decisões da Corte são de grande importância no que se refere a garantia dos direitos humanos no Brasil. Por meio de análise das sentenças em que o País foi condenado pela Corte percebeu-se que elas alimentam importantes transformações políticas, jurídicas, legislativas e culturais, surtindo efeito sobre a democracia e garantindo o debate acerca dos Direitos Humanos.

Além disso, as sentenças da Corte têm um valor educacional para a sociedade, pois ao sustentarem a obrigação do Estado de processar e punir graves violações de direitos humanos, assim como o direito de acesso à justiça pelas vítimas, elas promovem a conscientização quanto à verdade sobre as violações de direitos humanos, como também à ilegitimidade dessas práticas, de forma a evitar sua repetição.

O principal desafio consiste, portanto, em assegurar a efetiva apuração dos fatos, bem como localizar e punir os responsáveis pelas violações, especialmente quando estejam ou possam estar envolvidos agentes do Estado. Isso é indispensável para afastar o sentimento de impunidade, isto é, a percepção de que o Estado protege violadores dos direitos humanos, garantindo que eles não sejam investigados, julgados ou punidos, e suas implicações negativas para a sociedade.

A não punição dos responsáveis por violações dos direitos humanos contradiz a ordem constitucional brasileira instaurada em 1988, exemplar na tutela dos direitos humanos, assim como os compromissos internacionais assumidos pelo País, mediante a ratificação e incorporação de inúmeros tratados internacionais relativos à proteção dos direitos humanos.

A consagração constitucional dos instrumentos e da jurisprudência internacional dos direitos humanos, bem como a promoção da cultura dos direitos humanos no âmbito doméstico são respostas capazes ao desafio de superar a barreira da desconfiança e/ou do desconhecimento com relação ao direito internacional dos direitos humanos por parte dos agentes políticos nacionais.

Nesse cenário favorável preza-se sempre pelo avanço do direito internacional dos direitos humanos no plano interno, pois com isso a postura omissiva dos agentes estatais seria pouco a pouco substituída por uma postura proativa e imparcial comprometida com a efetiva punição dos responsáveis por violações aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

CASO GARIBALDI VS BRASIL: **análise da decisão internacional da Corte Interamericana de Direitos Humanos que responsabilizou o Estado brasileiro em caso de execução extrajudicial de trabalhador rural sem terra.**

Disponível em < <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo, caso-garibaldi-vs-brasil-analise-da-decisao-internacional-da-corte-interamericana-de-direitos-humanos-que-resp,50320.html>.> Acesso em 19 de Jun 2019.

CASO TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE VS BRASIL. **Cumprimento de Sentença.** Disponível em < <https://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2017/novembro/cumprindo-sentenca-mdh-convoca-vitimas-do-caso-fazenda-brasil-verde-no-para-para-processo-de-indenizacao> >. Acesso em 20 jun. 2019

CONVENÇÃO. **Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** Disponível em < https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm >. Acesso em 20 Jun. 2019

LINHARES, I.N. **Casos na Corte:** Povo indígena Xucuru e seus membros. Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/64663/casos-na-corte-povo-indigena-xucuru-e-seus-membros> >. Acesso em 20 jun. 2019

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direitos humanos.** ed. única. São Paulo: Método, 2014.

MPRJ. **Reabre investigações de crimes das chacinas de Nova Brasília.** Disponível em < <http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/62510> > Acesso em 20 jun. 2019

NOTÍCIAS. **Protesto pela execução de sentença da CIDH contra Estado brasileiro leva povo Xukuru a Brasília.** Disponível em < <https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=195299> > Acesso em 20 jun. 2019

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.** Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm>. Acessado em: 19 Jun. 2019.

RAMOS, André de Carvalho. **Processo internacional de direitos humanos.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013

RAMOS, André Carvalho. **Responsabilidade internacional por violação de direitos humanos.** Rio de Janeiro: Renovar, 2004

REVISTA. **Direitos Humanos e democracia: Direitos Humanos, Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania.** Disponível em < <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/.../2460>>. Acesso em 19 jun 2019

REVISTA DOS TRIBUNAIS IMPRENSA. **Revista dos Tribunais: o caso Escher e outros vs. Brasil e o sigilo das comunicações telefônicas: a fundamentação como garantia de efetividade dos direitos humanos.** Disponível em <<https://pt.scribd.com/doc/144579753/O-caso-Escher-e-outros-vs-Brasil-e-o-sigilo-das-comunicacoes-telefonicas-a-fundamentacao-como-garantia-de-efetividade-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 19 jun 2019

SENTENÇA. **caso Escher e outros vs. Brasil.** Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_200_por.pdf> Acesso em: 19 de Jun. de 2019.

SENTENÇA. **Caso favela Nova Brasília vs Brasil.** Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf>. Acesso em 20 Jun. 2019

SENTENÇA. **Caso Garibaldi vs Brasil.** Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/09/c5be67d768a9e6f774020ea22d4062d4.pdf>>. Acesso em < 19 de Jun. de 2019.

SENTENÇA. **Caso trabalhadores da fazenda Brasil Verde Vs Brasil.** Disponível em > http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_por.pdf > Acesso em 20 jun. 2019

SENTENÇA. **caso Ximenes Lopes vs. Brasil.** 2006. Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_149_por.pdf>. Acesso em: 19 de Jun. de 2019

SENTENÇA. **Povo indígena Xucuru e seus membros vs Brasil.** Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_346_por.pdf>. Acesso em 20 jun 2019.

SENTENÇA. **Resumo caso favela Nova Brasília vs Brasil.** Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/images/Banco_de_imagens/RESUMEN_OFICIAL_PORTUGUES.pdf>. Acesso em 20 jun. 2019

SUR. **Revista Internacional de Direitos Humanos: o Brasil e o caso Damião Ximenes.** Disponível em:< <https://sur.conectas.org/caso-damiao-ximenes-lobes/>> Acesso em 19 jun 2019

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil (1948-1997): as primeiras cinco décadas.** 2ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.